

# Justiça bloqueia 18 milhões da empresa que ganhou licitação da Agespisa

Aegea é investigada por corrupção pela suspeita de receber por serviços não prestados

Da Redação do Portal AZ \*Com informações da Folha de S. Paulo | 5 de Março de 2017, 10:34



A empresa apontada como ganhadora do processo de licitação de subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina está sendo investigada por corrupção em São Paulo. Na semana passada, a Justiça do município de Ribeirão Preto bloqueou R\$ 18 milhões das contas do grupo Aegea, que supostamente recebeu por serviços não prestados no departamento de água da cidade. As informações são de uma reportagem publicada pela Folha de S. Paulo.



O bloqueio foi concedido após pedido do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público paulista, no âmbito da operação Sevandija, que investiga o que é apontado como maior escândalo de corrupção da história da cidade, com fraudes em licitações na prefeitura que somam ao menos R\$ 203 milhões.

---

De acordo com a apuração, além de ter recebido R\$ 16,8 milhões por serviços não executados, a Aegea teria pago R\$ 1,5 milhão em propina a envolvidos no escândalo de corrupção.

Conforme o Gaeco, a Aegea recebeu R\$ 29,7 milhões até agosto do ano passado, mês que antecedeu a deflagração da primeira fase da operação, dos quais R\$ 18,3 milhões irregulares.

Do montante, R\$ 1,5 milhão teve como destino pagar propina a duas pessoas, uma delas Marco Antônio dos Santos, ex-braço direito da prefeita Dárcy Vera (PSD) e que foi superintendente do departamento.

Ambos foram presos e soltos na operação após decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A Promotoria chegou à conclusão a partir de quebras de sigilos e delação premiada.

A Aegea, que nega irregularidades, pediu suspensão do bloqueio e tentou liminar no TJ (Tribunal de Justiça), sem sucesso.

Por meio de sua assessoria, a Aegea Engenharia informou que todos os valores recebidos "correspondem a serviços efetivamente executados, com qualidade e dentro das especificações e prazos previstos".

Informou ainda que está à disposição das autoridades e que, com as medidas tomadas -um seguro-garantia-, "estão duplamente protegidos o interesse público e o patrimônio municipal".

A defesa de Dárcy alega que ela é inocente, enquanto a do ex-secretário não foi localizada.

### **Bens bloqueados**

Nesta sexta-feira (3), promotores do Gaeco se reuniram com o novo prefeito de Ribeirão, Duarte Nogueira (PSDB), para discutir possíveis formas de ressarcimento aos cofres públicos causados pelo esquema de corrupção investigado.

Um dos alvos é a fazenda São Luiz do Inhacundá, em Cajuru, que foi invadida pela FNL (Frente Nacional de Luta Campo e Cidade) no último dia 24.

Até aqui, a operação apreendeu 180 cabeças de gado e maquinário agrícola na propriedade rural, que está em nome da advogada Maria Zuely Alves Librandi, que está presa.

Ela alega ser dona única do imóvel, enquanto para a Promotoria a fazenda foi comprada com dinheiro desviado dos cofres públicos.

Além da propriedade rural, foram apreendidos ou bloqueados 68 imóveis, 66 veículos e mais de R\$ 33 milhões em contas bancárias.

### **Audiência em Teresina**

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho (PMDB) afirmou que os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, e de Administração, Franzé Silva, participarão da audiência pública que irá debater o processo de licitação da subconcessão dos serviços da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa). A audiência irá acontecer na Assembleia Legislativa na próxima terça-feira (07).



### **Relatório aponta novo vencedor**

O relatório da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de engenharia do Tribunal de Contas do Estado aparentemente, recomenda a suspensão dos atestados técnicos, indicando alteração no resultado final da licitação em que saiu vencedora a Aegea.

Caso o Tribunal Pleno do TCE aceite o parecer a segunda colocada no certame, Águas do Brasil deverá ser considerada a vencedora do processo licitatório.

A análise da denúncia apresentada pelo grupo Águas do Brasil finalizada no dia seis de fevereiro indica que é "prudente que haja nova apreciação das razões recurso acerca do Resultado da Proposta Técnica". Para os técnicos há incompatibilidade no atestado do município de Santa Carmem apresentado pela Aegea.

"Um atestado técnico para um sistema que atende cerca de 4 mil habitantes (0,5% da população de Teresina) se presta para avaliação de qualquer tipo de parâmetro exigido na proposta técnica?", indaga.

Os técnicos dão como exemplo: "Uma empresa pode edificar uma casa. Mas ela estará apta para, em termos de gestão e de coordenação de pessoal e equipamentos (logística) a executar um loteamento com cinco mil casas?... a quantidade medida na construção de uma casa seria a mesma para a construção de cinco mil casas?"

Ainda no relatório os técnicos concluem que o atestado referente ao Município de Santa Carmem, apresentado pela empresa vencedora, seja desconsiderado para fins de pontuação técnica por não possuir correlação com o objeto da subconcessão e não apresentar a vantagem técnica buscada na licitação.

O relatório, de 27 laudas, está disponibilizado no site do Tribunal de Contas do Estado e foi encaminhado para parecer do Ministério Público de Contas.

### **Entenda o caso**

De acordo com a denúncia apresentada pelo Grupo Águas do Brasil ao Tribunal de Contas do Estado, o edital para a subconcessão na Agespisa pedia a apresentação de um atestado técnico que comprovasse a experiência da licitante na gestão e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água com nível de perda global de água igual ou menor a 25%.

Segundo o edital, o critério seria avaliado por meio da apresentação de "atestado técnico". A Águas do Brasil, apresentou o relatório referente ao município de Petrópolis no Rio de Janeiro, onde opera. Mas a Comissão não o levou em conta preferindo as informações contidas no Serviço Nacional de Informações de Saneamento (SNIS), onde as perdas do referido município chegam a 32,01%.

A irregularidade, segundo o diretor João Luiz Siqueira Queiroz, teria acontecido nesse critério, já que para as demais, (Consórcio Poti e Aegea), a comissão utilizou apenas o atestado de perdas fornecidos pelas licitantes.

Pela mesma metodologia empregada pela Comissão, com base no SNIS, para chegar ao indicador a que chegou para Petrópolis (32,01%), a Comissão chegaria, respectivamente, aos indicadores de perda de 28,48% para o atestado de Campo Grande (Aegea) e 31,61% para o atestado de Santa Carmém. Todas com perdas superiores aos 25% pedidos no edital. Para o diretor da Águas do Brasil a comissão aplicou 'dois pesos e duas medidas' no critério de julgamento.

# Grupo Aegea tem R\$ 18 milhões bloqueados pela Justiça de SP

O bloqueio foi concedido após pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público paulista.

RAYANE TRAJANO

05/03/2017 © 07h44 - atualizado © 10h22



O Grupo Aegea terá R\$ 18 milhões bloqueados de suas contas por determinação da Justiça de Ribeirão Preto (SP). Os motivos são supostos serviços não prestados no departamento de água da cidade. O bloqueio foi concedido após pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público paulista.

A Aegea é alvo da Operação Sevandija, que investiga o que seria o maior escândalo de corrupção da história da cidade, com fraudes em licitações na prefeitura que somam ao menos R\$ 203 milhões. De acordo com as investigações, o grupo recebeu cerca de R\$ 16,8 milhões por serviços que não foram executados e ainda pagou propina de R\$ 1,5 milhão a envolvidos no escândalo de corrupção.

De acordo com a *Folha de São Paulo*, as informações do Gaeco são de que a Aegea recebeu R\$ 29,7 milhões até agosto do ano passado, mês que antecedeu à deflagração da primeira fase da operação, dos quais R\$ 18,3 milhões são irregulares. Do total, R\$ 1,5 milhão teve como destino o pagamento de propina a duas pessoas, uma delas Marco Antônio dos Santos, ex-braço direito da prefeita Dárcy Vera (PSD) e ex-superintendente do departamento. Ambos foram presos e soltos na operação após decisões do Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público chegou à conclusão depois de quebras de sigilos e delação premiada. A Aegea, que nega irregularidades, pediu suspensão do bloqueio e tentou liminar no Tribunal de Justiça, mas não conseguiu.

A assessoria da Aegea Engenharia informou que todos os valores recebidos "correspondem a serviços efetivamente executados, com qualidade e dentro das especificações e prazos previstos". Informou ainda que está à disposição das autoridades e que, com as medidas tomadas - um seguro-garantia -, "estão duplamente protegidos o interesse público e o patrimônio municipal".

A defesa de Dárcy Vera alega que ela é inocente, enquanto a defesa do ex-secretário não foi localizada.

## **Aegea em Teresina**

A empresa Aegea Saneamento e Participações S/A foi **vencedora do processo licitatório** para a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, hoje executados pela Agespisa (Empresa de Águas e Esgotos do Piauí).

O processo está sendo avaliado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, devido a denúncia feita pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil (Saab), uma das concorrentes, relatando irregularidades no processo de licitação. O relator é o conselheiro Kennedy Barros. Após manifestação do Ministério Público de Contas (MPC) sobre o parecer do TCE, o caso será analisado em plenário.

No ano passado, o conselheiro Kennedy Barros determinou ao Governo do Estado se abster de homologar o resultado da licitação. Posteriormente, ainda em dezembro, o Pleno do TCE-PI decidiu autorizar o Governo a homologar a licitação, mas sem proceder à assinatura do contrato com a empresa vencedora, até que **o processo seja levado ao plenário para julgamento**.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/grupo-aegea-tem-r-18-milhoes-bloqueados-pela-justica-de-sp-410231.html>

## Audiência nessa terça-feira discutirá subconcessão da Agespisa


Apesar da empresa Aegea ter vencido a licitação realizada pelo Governo do Estado, o processo de contratação e início dos serviços em Teresina estão paralisados.


PRISCILA CALDAS

06/03/2017 @ 12h15 - atualizado @ 12h16

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

Após solicitação do deputado estadual Gustavo Neiva (PSB), nessa terça-feira (7), acontecerá uma audiência no plenário da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi) sobre a subconcessão dos serviços da Agespisa. A superintendente de Gestões Públicas e Privadas, Viviane Moura, técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), sindicatos e outras autoridades locais participarão da reunião, que tem como principal objetivo discutir o futuro do órgão e entender como o mesmo ficará após ser licitado.



Plenário da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi)

A licitação teve a participação da Águas do Brasil, a Aegea Saneamento e o consórcio Poti. Em dezembro de 2016, o Governo Estadual anunciou a **Aegea** como a empresa vencedora da licitação, onde a mesma ofereceu R\$ 160 milhões, contra R\$ 120 milhões do consórcio Poti Ambiental e R\$ 180 da Águas do Brasil.

Apesar da empresa Aegea ter vencido a licitação realizada pelo Governo do Estado, o processo de contratação e início dos serviços em Teresina estão paralisados porque o TCE deverá julgar **neste mês** uma **denúncia** realizada pelo Grupo Águas do Brasil.

Antes do processo licitatório ser finalizado, o Águas do Brasil ingressou no TCE com denúncia alegando que a licitação estava sendo realizada com o objetivo de beneficiar as demais empresas, principalmente a Aegea.

Se não for constatada irregularidade no procedimento licitatório, o Governo do Estado deve realizar a contratação e a empresa deverá começar a se responsabilizar pelos serviços de abastecimento e saneamento ainda neste semestre. A contratação é por um período de 31 anos e a empresa fica obrigada a investir R\$ 1,7 bilhão em esgotamento e abastecimento d'água na zona urbana de Teresina.

“A maior parte desse parecer é desfavorável à licitante que ganhou à licitação. Ele manda inclusive desconsiderar um parecer técnico que deu uma pontuação à essa empresa, que provavelmente levou essa empresa à ganhar à licitação. Essas dúvidas temos que tirar com a senhora Viviane Moura e os técnicos do TCE, para eles explicarem o que estão entendendo desse processo. Pois é uma licitação que envolve um número extraordinário, e ainda mais, porque estamos entregando o bem mais precioso que é a água”, defendeu Gustavo Neiva.



Gustavo Neiva

### **Entenda a subconcessão da Agespisa**

A Agespisa é uma empresa que funciona sob o regime de economia mista. A mudança para o Instituto de Águas, que funcionará por meio de uma parceria com o setor privado, **foi criada pelo Governo do Estado em 2015**, em que a vice-governadora Margarete Coelho baixou um decreto permitindo a instituição do orçamento para a criação. O valor é referente para os próximos trinta anos.

Desde o começo da possível mudança, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Piauí (Sintepi) **tem se manifestado contrário a mesma**. Em julho do ano passado, **os servidores realizaram um protesto** contrário a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgoto da capital. O fato aconteceu em frente à sede da Superintendente de Parcerias e Concessões (Suparc).

O **GPI** fez uma **reportagem**, em que foi detalhado todo o andamento, a fim da concretização do processo, que abrangerá todo serviço da Agespisa na zona urbana de Teresina, e que pode ser concluído ainda neste ano, para que a empresa vencedora da licitação inicie os serviços no início de 2017.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/audiencia-nessa-terca-feira-discutira-subconcessao-da-agespisa-410312.html>



# TCE deve votar subconcessão na quinta e governador pede agilidade



Imprimir



## Confira também

[Elivaldo Barbosa ouve Wellington Dias sobre processo de subconcessão da Agespisa em Teresina](#)

[TCE: Votação da subconcessão da Agespisa deve](#)

[ser votada só em 2017](#)

[Ponto de Vista: Firmino Filho defende subconcessão de serviços de água e anuncia doação de arena](#)

Nesta quinta-feira (9), o Tribunal de Contas do Piauí deve votar o parecer do relator do processo, do conselheiro Kennedy Barros e também o do Ministério Público do Piauí sobre a subconcessão da Agespisa. O governador Wellington Dias, que visitou o TCE-PI ontem (6), pede agilidade no julgamento do processo e o resultado deve sair após apreciação do pleno.

Este é um imbróglio que se arrasta desde o governo Wilson Martins, quando o gestor ensaiou a formalização de uma subconcessão e que agora, em outros moldes, o governador tenta destravar no estado.

"A minha expectativa é que a gente tenha uma solução essa semana. Qualquer que seja o resultado, acho que ele é bom para o Piauí. Queremos um processo limpo, correto, cumprindo a lei, adequado, e se Deus quiser, a gente vai ter o resultado essa semana, porque o principal ponto é a agilidade. Estamos com dois anos com o setor privado dizendo; - desde janeiro de 2015 -, quero investir na área de água e esgotamento em Teresina. O que precisamos é deixar que o setor privado seja o parceiro. Quem vai fazer a gestão é o setor público, através do Instituto de Águas e da Agespisa, mas nós vamos pagar com o serviço, e eu acho que isso vai ser bom para o Piauí", declarou o governador.

Atualmente, a Agespisa faz a administração de 60 unidades do setor em Teresina, estando presente também em outros 140 municípios.

As especulações são de que o governo tem amplas chances de conseguir o aval do TCE.

O parecer do Ministério é de que o governo faça uma nova sondagem de preços das empresas que foram classificadas na licitação. O MP-PI não questionou a questão técnica, mas apenas os valores apresentadas pelas empresas participantes da licitação.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/242817/tce-deve-votar-subconcessao-na-quinta-e-governador-pede-agilidade>

# Indicações políticas compõe a Corte do Tribunal de Contas do Estado

Indicação do Governador e eleição feita na Assembleia reacende o debate sobre o perfil dos membros do TCE.

06/03/2017 08:16h

G+ 0

Tweet

f Curtir 519

Nos bastidores já se comenta a possibilidade de o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Luciano Nunes, antecipar sua aposentadoria. Nunes já tem a idade mínima para se aposentar, mas ainda pode permanecer no cargo de conselheiro por mais cinco anos. Enquanto a confirmação não vem, já começam as movimentações em torno de sua sucessão.



*Possibilidade de antecipação de aposentadoria de Luciano Nunes reacende o debate sobre composição do TCE (Foto: Moura Alves/O Dia)*

O assunto reabre as discussões a cerca da composição da Corte de contas. Desde os anos 2000, a Assembleia Legislativa, os Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado passaram a ter direito à indicação de vagas de Conselheiros no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). Hoje, a composição da Corte de Contas é feita através da indicação de livre escolha de um Conselheiro pelo Governador, outro é escolhido dentre os auditores do Tribunal, um dentre os Procuradores do TCE e quatro por escolha em votação no Legislativo. Todos os Conselheiros exercem cargos vitalícios no órgão e ganham salários superiores à R\$ 30 mil.

O cargo é sempre um dos mais disputados no Estado, apesar de que, tradicionalmente, parlamentares terem sido eleitos para ocupar as vagas. Nomes como os dos ex-deputados Xavier Neto (in memoriam), Lillian Martins e Kléber Eulálio, são os mais recentes a ocupar os cargos após escolha em votação na Assembleia.

O atual presidente do órgão fiscalizador, Olavo Rebelo, tomou posse em dezembro de 2007 no cargo de Conselheiro do Tribunal por indicação do Poder Executivo. Antes de ocupar a vaga, Olavo Rebelo exerceu quatro mandatos como Deputado Estadual. Aberlado Pio, que é vice-presidente pela quarta vez, foi nomeado conselheiro pelo Executivo na cota de auditor, em 2002, e já assumiu a cadeira da presidência em 2009.

Já Lilian Martins, hoje Corregedora-geral, conseguiu o cargo no TCE em 2012 após vencer uma eleição na Assembleia Legislativa. O mesmo aconteceu com Luciano Nunes. Deputado Estadual em três mandatos, ele tomou posse no Tribunal em 1994 por indicação da Casa. No TCE, ele já foi o Presidente por duas vezes (2005 e 2015).

Kleber Eulálio também foi indicado pela Alepi em 2015, onde exerce desde então o cargo de Presidente da 1ª Câmara. Kennedy Barros, atual Presidente da 2ª Câmara, também tomou posse no Tribunal após indicação da Assembleia. Ele foi Deputado Estadual por um mandato (1995-1999) e tomou posse em 2002 no cargo de Conselheiro do Tribunal e já exerceu a presidência do órgão em 2011.

Waltânia Alvarenga é Conselheira ocupando a vaga que é constitucionalmente reservada ao Ministério Público de Contas. Ela tomou posse em 2004 e foi presidente do órgão em 2013. Além dos setes Conselheiros, a Corte é formada também por quatro Conselheiros Substitutos, que ingressaram no TCE por meio do concurso público realizado em 1995, como é o caso de Jaylson Campelo, aprovado no cargo de auditor; Delano Carneiro; Jackson Veras, que só ingressou em 1999; e Allison Araújo, que assumiu apenas em 2006, mas ainda era egresso do concurso público para auditor realizado em nos anos 90.

### **Substituto de Nunes já começa a ser ventilado**

Desde que foi ventilada a possibilidade de antecipação da aposentadoria do Conselheiro Luciano Nunes, já começaram as mobilizações em torno dos nomes para compor a corte. Nomes como o do próprio deputado Luciano Nunes Filho, filho do conselheiro, e do secretário de Planejamento, Antônio Neto (PT), já foram dados como possíveis alternativas para a vaga. Ambos, entretanto, negam as pretensões.

Ao ODIA, Luciano Nunes Filho afirmou que não conversou com o pai a respeito da antecipação da aposentadoria. "Ele nunca tratou de aposentadoria. É só especulação", disse ele. Questionado sobre se teria interesse em disputar a vaga, o parlamentar preferiu se esquivar. "Não vou me posicionar em cima de uma possibilidade", disse ele que, entretanto, além de ter um bom trânsito entre os deputados, também preencheria os atuais critérios de composição da Corte, já que é formado em direito administrativo, com pós-graduação e mestrado.

Já o secretário Antônio Neto disse que nunca procurou o governador pra informar interesse na vaga. "As especulações não têm sentido. Esse assunto não está na pauta", garantiu ele, que também é bastante conhecido pelo perfil técnico e que goza de prestígio junto ao Governador e também entre os parlamentares estaduais.

Nas últimas eleições para a escolha de conselheiro, mais de 30 nomes colocaram a pretensão de disputar a vaga. Os nomes são sabatinados pela Assembleia e, depois, os deputados, por meio de votação secreta, elegem o conselheiro. O conselheiro substituto Jaylson Campelo, o advogado Arimatea Dantas, coordenador do Movimento Força-Tarefa Popular, a coordenadora do Grupo Matizes, Marinalva Santana, o jornalista Zózimo Tavares, foram alguns dos nomes que já tentaram ocupar a vaga, mas não conseguiram furar o bloqueio no parlamento e obter a votação suficiente.

### **Conselheiros não creem em prejuízo com escolha de políticos para a função**

Conselheiros que vieram da Assembleia Legislativa não creem em prejuízos nos trabalhos na corte de contas por terem sido parlamentares. Em entrevistas ao ODIA, o próprio Conselheiro Luciano Nunes citou atribuições técnicas que possuía que o credenciavam para a vaga. "Eu sou formado em direito e em agronomia. Fiz seis concursos públicos e aprovado em todos eles, sendo dois na área federal, fui fiscal de tributos, fiscal de renda, mexi com Fazenda, fui deputado estadual, fui professor. Só pelo fato de eu ser deputado estadual eu não poderia está aqui? Eu fui tudo na vida, estudante, agricultor, empresário, agrônomo, agora porque eu fui deputado eu não posso está aqui? Aqui cabe pessoas qualificadas", defendeu à época que deixou a Presidência do TCE.

Ele ressaltou ainda que o modelo existente não é exclusivo do TCE do Piauí e que acontece em outros tribunais do país, a exemplo do próprio STF, que ganhou um novo ministro, Alexandre de Moraes, indicado pelo presidente Michel Temer (PMDB), para assumir a vaga após a morte do ministro Teori Zavascki, em um acidente aéreo. “Nos tribunais superiores nem sempre são pessoas de carreira. São pessoas escolhidas a dedo. Porque só o Tribunal de Contas pode ser criticado? E lhe digo mais uma coisa: acho que a contribuição dos conselheiros aqui que foram políticos, ela é muito boa. Elas dão ao julgamento uma moderação. Porque o julgar não é só condenar. Se fosse só condenar bastava só ler a lei e aplicar. Quem aplica a lei é procurador” , pontuou.

Já o atual presidente da Corte, conselheiro Olavo Rebelo, comenta que o ser humano deve ser julgado pelas suas ações, seja ele oriundo de qualquer setor. “O juiz de direito que foi aprovado em concurso público para ser juiz, antes poderia ser deputado. A partir dali não é mais deputado. Da mesma forma você pode transferir para os conselheiros. Os que tinham um bom nome, e quiserem preservar, tem que agir corretamente. Os que não quiserem, a sociedade vai acompanhar”, avaliou em entrevista ao ODIA, ao tomar posse na presidência da Corte.

#### **Associação dos Tribunais defende inversão do número de indicações técnicas e políticas**

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) exige que os indicados políticos à Corte de Contas cumpram alguns requisitos para poderem tomar posse no cargo, entre os quais estão a reputação ilibada e idoneidade moral, e a experiência e o conhecimento técnico necessário ao exercício da função. A proposta da Associação é de inverter o percentual de indicações técnicas e políticas.

Em 2014, a Atricon publicou uma resolução recomendando que os critérios fossem obedecidos rigorosamente e desde então vem defendendo a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC), que deverá ser votada pelo Congresso Nacional ainda este ano. O Conselho terá competência para garantir que todas as nomeações obedeçam às condições exigidas.

De acordo com o Presidente da Associação, Valdecir Pascoal, o modelo atual de composição, que foi consagrado pela Constituição de 1988, já configura um avanço em relação ao que se tinha anteriormente, quando as indicações eram feitas exclusivamente pelo Chefe do Poder Executivo, como ainda acontece no Supremo Tribunal Federal.

“Desde 1988, temos que 1/3 dos membros provêm das carreiras técnicas (Auditores e Procuradores de Contas), enquanto 2/3 são indicados pelo Poder Legislativo. É precipitado condenar, por definição, a política. Todos os membros dos Tribunais de Contas dispõem das mesmas garantias e prerrogativas da magistratura, isso visa resguardar a independência do julgador”, disse Valdecir Pascoal, que definiu o atual modelo de composição como “razoável”.

Ainda segundo o Presidente, a intenção da Atricon é inverter o processo de indicações, passando a ser 2/3 oriundos das carreiras técnicas e 1/3 do Legislativo. “Discutimos internamente o aperfeiçoamento desse modelo. No entanto, há que se ressaltar que esse é um debate que compete não apenas aos Tribunais de Contas, mas a toda a sociedade brasileira”, finalizou Pascoal.

Link: <http://www.portaldia.com/noticias/politica/indicacoes-politicas-compoe-a-corte-do-tribunal-de-contas-do-estado-294657.html>

# TCE-PI reunirá prefeitos para discutir Regime Próprio de Previdência Social

O objetivo é informar e esclarecer os gestores sobre as novas regras e procedimentos

06/03/2017 09:54h



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) reunirá na próxima terça-feira, 7 de março, os prefeitos e gestores dos 63 municípios que implantaram o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Piauí. O objetivo é informar e esclarecer os gestores sobre as novas regras e procedimentos que devem adotar em relação ao RPPS, a fim de solucionar problemas que ameaçam inviabilizar o sistema previdenciário nos municípios.

A reunião está marcada para as 9 horas, na Escola de Gestão e Controle (EGC). Os prefeitos e gestores estão sendo convocados pela Comissão Permanente de Fiscalização e Controle de RPPS, criada em outubro do ano passado para acompanhar o funcionamento do Regime Próprio de Previdência nos municípios piauienses. A presidente da Comissão, conselheira Lílian Martins, explica que a reunião tem por finalidade informar os prefeitos e gestores dos RPPS das novas regras e exigências criadas para a gestão da previdência dos municípios.

Uma dessas exigências é que os municípios devem informar na prestação de contas os parcelamentos e pagamentos do RPPS, sob pena de terem as contas bloqueadas. "Vamos informar aos gestores sobre essas novas exigências, esclarecer a responsabilização deles e discutir de que forma podemos solucionar os problemas detectados na gestão do RPPS, como as dívidas que se acumulam nas prefeituras, e também como evitar novos problemas que possam comprometer a viabilidade do sistema", explica ela.

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/tce-pi-reunira-prefeitos-para-discutir-regime-proprio-de-previdencia-social-294672.html>

## Audiência Pública debate a subconcessão da Agespisa

A subconcessão da Agespisa está suspensa por decisão do TCE-PI.

Autor: Capital Teresina

Vai ser realizada nesta terça-feira (07), na Assembleia Legislativa do Piauí, uma audiência pública para discussão da subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina pela Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa).

Participam da discussão a superintendente do Programa de Parcerias Público Privadas do Estado, Viviane Moura, o procurador-geral do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado, Plínio Valente, e os secretários de Estado da Fazenda, Rafael Fonteles, e de Administração e Previdência, Franzé Silva.

A subconcessão da Agespisa está suspensa por decisão do TCE-PI, atendendo a pedido da Assembleia Legislativa, depois da denúncia de irregularidade no certame, feita por uma das empresas que participaram do processo licitatório.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/deputados-debatem-hoje-em-plenario-a-subconcessao-da-agespisa-49819.html>

NOTÍCIAS 07/03/2017 10:15 \*\*\* Atualizado às 07/03/2017 10:17

## TCE-PI faz reunião com 63 prefeitos para tratar sobre previdência

O objetivo foi informar e esclarecer os gestores sobre novas regras

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncio? Por quê?

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), realizou uma reunião nesta terça-feira (07), com os prefeitos e gestores dos 63 municípios que implantaram o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) no Piauí.

O objetivo foi informar e esclarecer os gestores sobre as novas regras e procedimentos que devem adotar em relação ao RPPS, a fim de solucionar problemas que

ameaçam inviabilizar o sistema previdenciário nos municípios.



Link: <http://www.meionorte.com/noticias/tce-pi-faz-reuniao-com-63-prefeitos-para-tratar-sobre-previdencia-314250>

## Prefeito Dr. Wagner é denunciado por irregularidades em contratos

"Que seja imputado o crime de improbidade administrativa pela dispensa de processo licitatório e consequente devolução dos valores pagos indevidamente", pede o denunciante.

BÁRBARA RODRIGUES E BRUNA DIAS

06/03/2017 © 08h56 - atualizado © 10h15



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opção

O prefeito de Uruçuí, Francisco Wagner Pires Coelho, mais conhecido como Dr. Wagner (PROS), foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por irregularidades na contratação de escritório de advocacia para serviços de assessoria jurídica e de escritório de contabilidade para a prefeitura. A denúncia é do dia 16 de fevereiro e o conselheiro Jaylson Capelo é o relator do processo.



A denúncia foi feita por Weverson Matheus dos Santos Ferreira. Ele explica que em 2011, por meio de uma lei, foi criada a Procuradoria do Município e que através de uma ação civil pública, o juiz do município proibiu a prefeitura de Uruçuí de terceirizar a prestação de serviços de assessoria jurídica e representação judicial, salvo para suprir a falta do cargo de advogado. Para atender a decisão, a então prefeita Ema Flora realizou concurso público em 2016 e chegou a nomear dois advogados que foram aprovados.

Ele afirma que desde que o prefeito Dr. Wagner assumiu a prefeitura, não tem sido respeitada a decisão judicial e que foram nomeados Alex de Alencar Neiva, para o cargo de Procurador Geral do Município, e Accioly Cardoso Lima Silva, para o cargo de Assessor Jurídico, sendo que existe concurso público válido, onde os advogados aprovados poderiam ter sido nomeados.

“Vejo grande ilegalidade, já que no concurso já citado para preenchimento das vagas de advogado, houve um terceiro classificado, e assim sendo, se o município precisa de advogado, deverá empossar o concursado e não contratar como vem ocorrendo. Achando pouco os 2 advogados concursados e os 2 advogados nomeados para cargo em comissão, o gestor realiza dispensa de licitação, com mais dois escritórios de advocacia”, afirmou

O denunciante explica que o prefeito Dr. Wagner ainda fez contratação sem licitação com escritórios de advocacia no valor de R\$ 144 mil com o Carvalho & Oliveira Advogados Associados e no valor de R\$ 300 mil com o Stael Freire Sociedade de Advogados. Ele explica que no caso do “escritório Carvalho & Oliveira Advogados Associados, que é representado pelo Wildson de Almeida Oliveira Sousa, tem uma particularidade que deve ser aqui alegada, pois conforme acompanhamento processual no site do TSE, este aparece como advogado pessoal do Prefeito ora requerido, assim fica fácil de entender a dispensa de licitação”.

Em outro ponto da denúncia Weverson Matheus afirma que mesmo a prefeitura tendo contador, “o prefeito no uso de sua ilegalidade, contrata sem licitação a empresa Contplan - Contabilidade, Planejamento e Assessoria Ltda, para fazer os serviços de contabilidade do município, por um valor de R\$ 348 mil o que causa grande estranheza, já que o município possui contadora aprovada em concurso para prestar tal serviço”.

Ele também cita a **contratação sem licitação no valor de R\$ 193,690 mil da empresa J. A. da Silva e Ventos - ME**, com objetivo de realização os festejos da cidade, usando como justificativa o fato do município estar em situação de emergência, e critica o processo licitatório para aquisição de combustível no valor de R\$ 1.996.158,67 milhão.

“É de salutar a importância da concessão de liminar, para ordenar que o atual gestor de Uruçuí, reabra novo processo licitatório para empresa fornecedora de combustível, anule o Decreto 003/2017 que nomeia o Alex Alencar Neiva, para o cargo de Procurador do Município, anule a nomeação do Accioly como assessor de anule, anule o contrato realizado com os escritórios de advocacia Carvalho & Oliveira Advogados Associados, Stael Freire Sociedade de Advogados, por fim anule o contrato com a Contplan - empresa prestadora dos serviços de contabilidade e no mérito que seja imputado o crime de improbidade administrativa pela dispensa de processo licitatório e consequente devolução dos valores pagos indevidamente”, apontou o denunciante.

## **Outro lado**

Procurado pelo **GPI** na tarde desta segunda-feira (27), o secretário de governo no município de Uruçuí, Thiago Rafael, esclareceu as nomeações dos advogados. "Em relação à procuradoria, realmente foi criada uma lei para procurador, acontece que, a gestora anterior em vez de ter feito concurso para procurador, ela fez para advogado. Como não deu tempo fazer um concurso para nomear um procurador via concurso, eles estão como advogados e foram nomeados para a procuradoria-geral. Em relação ao Dr. Accioly foi-se criada uma lei em 2009 pelo então prefeito Dr. Waldir criando o cargo de assessor jurídico, de lá para cá, não teve nenhuma alteração nessa lei", disse.

No que se refere à contratação sem licitação dos escritórios de advocacia Carvalho & Oliveira Advogados Associados e Stael Freire Sociedade de Advogados, o secretário declarou: "Com relação ao escritório do advogado Oliveira é porque eles vão ficar atendendo nossa demanda de Teresina e Uruçuí, porque os advogados nomeados não tem como fazer isso. Em relação a doutora Stael ela é mais específica dentro do tributos, porque nesses últimos anos estamos tendo uma receita enorme. Só em um ano nós perdemos quase um milhão de reais de ICMS, porque não tinha um escritório específico para tomar de conta dos tributos e a nossa gestão está querendo estancar essa sangria".

Quanto a afirmação do denunciante de que a prefeitura possui um contador e mesmo assim contratou sem licitação a empresa Contplan, Thiago Rafael explicou: "Não temos contador efetivo em nossos quadros. Nós temos contador da seguinte forma: não é contador efetivo de área, é uma pessoa que é do administrativo e fez um curso de ciências contábeis".

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-dr-wagner-e-denunciado-por-irregularidades-em-contratos-409968.html>